Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
CMDDPI – Petrópolis

ATA AGOSTO/2020 - RENIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDDPI

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada no dia 18 de agosto 2020, às 17 horas, via plataforma virtual do Zoom.

Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa realizada em 18 de agosto 2020, às 17h28 em segunda convocação, realizada pela plataforma Virtual do Zoom com os seguintes pontos de pauta: 1)Aprovação da ata da reunião anterior; 2)Atualização da Conta Corrente; 3)Atualização em Relação à Sala do CMDDPI; 4) Indicação do Presidente da Sociedade Civil e Vice-Presidente Governo; 5)Eleição da Secretária e 6)Assuntos Gerais. Foram registradas a presença dos seguintes conselheiros: Sociedade Civil: Luciene Baptista – UNIFASE, Gabriela Falconi – Hexanet Comunicação Ltda, Sérgio Simões e Luiz Gustavo de Mello Pereira da OAB Petrópolis, Ana Paula Blezer- Casa de Repouso Despertar, Sueli da Silva Prado Karl – Rotary Bingen, Pedro Barbosa Lima Neto - Instituto Alliance, Melina Teixeira de Souza e Patrícia Ferreira - CRP-RJ, Heitor da Matta Sobrinho - Loja Maçônica Amor e Caridade 5ª, Núbia Freitas de Carvalho - Centro Educacional Terra Santa. Poder Público: Rita Rita Cássia Ravaglia Campos e Tânia Maltez. A reunião foi iniciada e a Vice-Presidente Sueli Karl deu boas-vindas aos Conselheiros. Gabriela Falconi foi eleita como secretária Ad Hoc para esta reunião. A secretária pede que seja justificada a ausência da conselheira Maria da Penha Rodrigues de Veras que está no hospital com seu filho que sofreu uma cirurgia. A vice-presidente informa que a presidente chegará um pouco atrasada devido aos compromissos de trabalho. É aberto o primeiro assunto: Aprovação da ata da reunião do dia 20 de julho de 2020. A ata foi aprovada pela plenária sem alterações. Gabriela foi eleita como secretária Ad Hoc desta reunião. Aberto o segundo item da pauta: Atualização da Conta Corrente. Tânia informa que o gabinete decidiu esperar a mudança da presidência do CMDDPI para a abertura da conta, pois com essa mudança teria que iniciar o processo no banco com todos os documentos novamente, com as novas titulares da presidência e vice-presidência. Por esse motivo a conta não ainda não fora aberta. Terceiro ponto de pauta: Atualização em Relação à Sala do CMDDPI. Tânia informa que não pode ir na sala ver qual a evolução da situação. A mobília já está lá. Sueli pergunta como ter acesso à chave. Tânia informa que está com os técnicos que estão acertando a sala pois iriam fazer a ligação de internet e telefone, mas que não tem essa confirmação. Sérgio pede a palavra e debate que há mais de trinta dias o gabinete já sabia que haveria a troca na presidência e mesmo assim tomou a decisão de não abrir a conta corrente do fundo. Sergio argumenta que durante todo esse mandato do poder público as ações referentes ao fundo foram postergadas até o término do mandato propositalmente, primeiro foi a dificuldade com o CNPJ e agora na abertura da conta. Apresenta a possibilidade do adiamento desta ação devido à obrigatoriedade de quanto houver a conta, o governo ter que depositar o duodécimo no fundo. Continua suas considerações e pede que a partir de agora, com a sociedade civil na presidência essa seja a primeira ação a ser tomada, pois não é possível mais tolerar

essa situação que se arrasta há 2 anos. Sueli argumenta que pela informação que tinha faltava um documento que deveria vir do contador, no entanto não tem por que esperar mais. A documentação já foi entregue e não tem mais desculpa para não ter a abertura da conta. Tania argumenta que a conta foi aberta na Caixa Econômica Federal e por não ter havido nenhum depósito a conta foi fechada. Sérgio questiona como pode uma conta de captação do fundo onde a caixa, o gabinete do prefeito e o próprio juiz sabem a que se destina, pôde ser fechada assim. Tania argumenta que ficou sem movimento durante 6 meses, Pedro, Sergio e Sueli informam que foram 3 meses, a conta foi aberta em janeiro de 2020. Sergio continua o questionamento. Tânia informa da dificuldade da abertura pela Caixa. Sueli argumenta sobre a completa falta de preparo do gerente e Tânia continua afirmando que foi culpa da Caixa o fechamento da conta. Depois houve a troca para o Banco Santander e segue informando que a pandemia também atrapalhou. Gabriela pede a palavra e segue informando que devido à presença dos novos conselheiros, ela explica como foi o processo desde o questionamento do ministério público, até a ordem judicial de abertura da conta e posteriormente os acontecimentos até essa data com os passos que deveriam ser seguidos, até a hora da captação. Gabriela apresenta um encaminhamento à plenária onde o CMDDPI encaminharia um oficio à ouvidoria da Caixa Econômica Federal e ao Banco Central questionando o motivo pelo qual houve o fechamento desta conta sem nenhuma notificação ao CMDDPI, pois houve um prejuízo de quase 7 meses neste processo de vai e vem de documentos. Se for o caso encaminhar uma cópia para o MP e para o gabinete. Até na próxima reunião deveremos apresentar o resultado disso. Há debate dos conselheiros. Pedro pede a palavra e questiona o por que a conta não foi aberta, pois foi deliberado pela plenária do conselho que a conta seria aberta com os nomes da diretoria antiga e quando assumisse a nova diretoria, seria providenciada a alteração. Pedro questiona que o gabinete passou por cima de uma decisão aprovada pela plenária de um conselho deliberativo. Tânia responde que em conversa com o gabinete gostaria que fosse entregue a sala e conta aberta, no entanto o gabinete do prefeito argumentou que seria uma bobagem abrir a conta agora pois com a mudança teria que refazer tudo novamente. Pedro reforça que essa possibilidade foi discutida na plenária e que a plenária concordou que posteriormente à eleição mudava a titularidade da conta. Mas enfatiza que o que foi aprovado em plenária foi que a conta deveria ser aberta imediatamente. Sueli argumenta que mais importante que mandar o oficio para a caixa, é encaminhar um ofício ao gabinete do prefeito questionando por quê uma deliberação da plenária do CMDDPI que é um conselho deliberativo foi desrespeitada. O gabinete agiu de forma arbitrária em cima de uma decisão da plenária do CMDDPI. Tania responde que até pode ser por conta da atual diretoria também não ter pressionado. Sueli retruca na medida que, a comunicação que a conta não foi aberta ser passada hoje durante a reunião. Sueli ainda questiona como o gabinete toma uma decisão dessa sem comunicar à presidente do CMDDPI e contesta como pode vir agora a informação que não foi aberta, é absolutamente contrária a essa decisão, se soubesse disso teria convocado uma reunião extraordinária de forma a passar a situação para os conselheiros. Tânia acha que poderiam ir no gabinete para pegar as informações. Pedro argumenta que Tânia ficou sabendo da informação de não abertura da conta por volta de 15 dias atrás e só hoje passa essa informação para a plenária. A impressão que fica

é que essa gestão foi um tempo perdido. Nada foi finalizado. Tania argumenta que a sala foi entregue e faz suas considerações. Sergio argumenta sobre essa situação e complementa que no tempo em que a Gelza esteve na presidência e que levava as considerações do plenário para o governo, prontamente foi retirada da presidência, dai com a nova presidência nada aconteceu no restante do mandato. Onde o andamento do CNPJ e a conta foram as ações mais postergadas da gestão. Complementa que a prioridade do governo deveria ser as ações que o conselho poderia ter em favor dos idosos, no entanto a gestão desse governo deixou muito a desejar e em sua opinião foi uma das piores gestões. Gabriela concorda que está tudo muito difícil. Melina confirma então se os ofícios para a caixa e o gabinete serão enviados. A plenária confirma. Tânia pede que Sueli exponha seu ponto de vista sobre a conta na caixa. Sueli explica que houve sim uma falha da caixa e também teve um documento errado vindo da prefeitura também. Conclusão a conta foi encerrada em 3 meses. Tânia passa para o próximo ponto de pauta. Indicação do Presidente da Sociedade Civil e Vice-Presidente Governo. Gabriela explica que o Fórum Permanente em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa deve apresentar o candidato da sociedade civil à presidência do CMDDPI e a coordenadora do Fórum, Sueli Karl deve apresentar o que foi encaminhado pelo Fórum, cabendo à plenária ratificar ou não a indicação. Sueli informa que foi feita a eleição dos conselheiros que representam o Fórum para o mandato 2020-2022. Os nomes dos conselheiros já estão no diário oficial. Também faz a explicação que a presidência sai dos conselheiros da sociedade civil e informa que a indicação para ocupar a presidência do CMDDPI no mandato 2020-2022 é Sueli da Silva Prado Karl como presidente. A plenária delibera e ratifica o nome de **SUELI DA SILVA PRADO KARL, como PRESIDENTE DO CMDDPI no mandato 2020-2022**. Gabriela explica à Tânia que ela deve apresentar a indicação do poder público o nome da vice-presidência. Tânia informa que não tem o ofício mas pela informação que tem, os nomes que foram cogitados no gabinete foram da Cristiane Provenzano e da Dra. Rita Cássia Ravaglia Campos. Tânia informa que estava tudo com a Penha. A plenária debate e Sérgio Simões pede a palavra e informa que na reunião passada a plenária deliberou que na reunião de hoje seria a eleição da diretoria e que a indicação do nome deveria ser do gabinete, e a partir de 15/08 o prefeito não pode indicar ninguém por ser ano eleitoral, dai ele encaminha que o CMDDPI faça a eleição da vice-presidência. No caso os nomes citados foram da Cristiane e da Dra. Rita. Como a Cristiane não está presente, ele encaminha à plenária o nome da Dra. Rita para vice-presidente. Sueli pergunta à Dra. Rita se ela aceita ser a vice-presidente. Dra Rita responde que aceita. A plenária então no uso de suas atribuições após votação elege por unanimidade **DRA. RITA CASSIA RAVAGLIA CAMPOS COMO VICE-PRESIDENTE do CMDDPI no mandato 2020-2022**. Gabriela faz uma ressalva e pede que conste em ata que não houve nenhuma indicação por escrito do governo, nem mesmo foi apresentado nenhum ofício com indicação do nome da vice-presidente. Em virtude desta situação, a plenária elegeu Dra Rita para o cargo. Houve uma manifestação verbal através de Tânia, que nos informou que os nomes de Cristiane e Dra. Rita foram cogitados no gabinete. Próximo ponto de pauta: Eleição da Secretária: Sergio faz indicação do nome de Gabriela Falconi como secretária. A plenária aprova a indicação e é eleita **GABRIELA DE ALMEIDA FALCONI COMO SECRETÁRIA do CMDDPI no mandato 2020-2022**. A nova diretoria toma posse no

momento da eleição e Gabriela explica que Tânia ainda encaminha um ofício para a publicação no Diário Oficial com a nova diretoria eleita. Tânia pede que seja registrado que o oficio onde houve a indicação estava com Penha, porém em virtude da operação de seu filho ela não pode estar presente. Gabriela e Sérgio explicam que este documento agora não tem efeito, haja vista que Dra. Rita foi eleita pela plenária do CMDDPI. Sueli informa que a Penha ficará uns 15 dias ausente. Sérgio solicita que seja agilizado todo esse processo pois ele se propõe a ir com Sueli abrir a conta do fundo. Luciene parabeniza a todos os eleitos, diz que está orgulhosa de participar do conselho e que fará de tudo para contribuir no que se fizer necessário e fazer com que o conselho tenha o respeito da sociedade e do governo seja ele qual for, como um conselho deliberativo. É uma missão fazer com que o conselho seja reconhecido em todas as instâncias. Gabriela acrescenta que é um sonho antigo que a FASE participasse do conselho. Próximo ponto Assuntos Gerais: Sergio pergunta sobre o projeto da Sueli do Rotary que vai testar COVID. Nomes das ILPI do projeto CORONA ZERO do Rotary, entidades que receberão os testes: Casa de Benefícios Alcides de Castro – CBAC, Recanto da Terceira Idade e Pensão Nossa Senhora Aparecida. Sueli informa ainda que foi feita uma inscrição por São Paulo do Lar São João de Deus. Já o SAÚDE PARA TODOS DO ITAÚ, que será feito pela secretaria de saúde, as instituições serão Despertar, Abrupt, Recanto da Terceira Idade, Reviver, Pensão Nossa Senhora Aparecida, Nosso Lar, CBAC e Lar São João de Deus. Ana Paula informa que os kits recebidos pela ILPI Despertar continham termômetros, oxímetros, mascaras de acetato, mascaras de tecido tanto as comuns como as cirúrgicas e luvas. Dra. Rita complementa que todo município acima de 200 mil habitantes estava contemplado pelo programa SAÚDE PARA TODOS que é uma parceria do Banco Itaú com a Secretaria Estadual de Saúde. Dra Rita explica que primeiramente as ILPI que receberiam o material, seriam as ILPIs públicas ou filantrópicas, mas como Petrópolis não tem nenhuma das duas modalidades e tem direito a essa ação, foi aberto mão deste critério. Ela segue explicando que questionou qual foi o critério de escolhas das ILPI e obteve a resposta que as ILPÌ que estavam devidamente inscritas no SUAS e que estavam com a documentação em dia é que foram escolhidas. Quando ela perguntou porque o conselho não foi consultado já que conhece as ILPI, a resposta que obteve é que nesse momento ninguém pensou nisso. Sérgio acrescenta que deve se desenvolver um trabalho de regularização de todas essas instituições para que se possa saber a situação de todas, toda a documentação, certidões para que possam participar de futuros editais do CMDDPI. Sueli acrescenta que conversou com Miriam do CBAC e a Secretaria de Assistência de Petrópolis prorrogou até setembro/2020 o prazo de entrega dos documentos. Se faz urgente reestruturar todas as comissões do conselho para a atualização da documentação das ILPI. Outro ponto importante o protocolo para as instituições prepararem sua inscrição no fundo pois tem muitos editais e que devem se registrar o projeto no fundo. Gabriela pede a palavra e acrescenta que temos que incluir no protocolo que: as instituições que desejam receber alguma verba do fundo tem que ter presença nas reuniões do conselho, porque senão o nosso fundo será apenas um veículo de distribuir dinheiro. Informa que na resolução nº 2 que fala sobre o cadastramento das instituições no conselho, está em vigor e que todas as instituições que realizam serviços com ou para idosos devem ser cadastradas no CMDDPI, não

importa se do governo ou privadas. No caso do governo, os projetos e programas é que devem ser inscritos no CMDDPI. Esse cadastramento também serve para que tenhamos um censo do que existe para o idoso no município. Gabriela acrescenta que desde que essa resolução foi criada, não se consegue que fosse respeitada. Sérgio apresenta proposta de se fazer um calendário de reuniões extraordinárias, alegando que durante a pandemia já identificou 5 instituições que nem existem oficialmente. Apresenta a proposta de marcarmos mais reuniões de forma a acelerarmos esse processo das ILPI. Ele até informa que Katia do antigo Lar Manzini tem uma casa de idosos em Petrópolis. Ela tem um procedimento imenso no MP. Criamos uma pauta e se convoca com 72 horas a reunião. Heitor acrescenta que nossa preocupação é tornar o conselho mais eficiente, mais efetivo e mais rápido e propõe que se for delegado a cada conselheiro 1 ou duas ILPI para poder levantar as informações que precisamos e que mesmo em tempo de pandemia escaneie os documentos e envie por email, desta forma conseguimos agilizar o processo. Heitor se propôs a pegar os documentos das instituições que a ele forem delegadas. Propõe que se faça uma pasta digital para todas as ILPI. Gabriela pede a palavra e concorda com Heitor com algumas ressalvas informando que não podemos emitir certificados de Registro de ILPI no CMDDPI somente com os documentos entregues. Tem que se fazer a vistoria física para termos certeza se todas as exigências da RDC 283 estão cumpridas. Todas as instituições sabem como funciona o processo de registro e tem muitas que não cumprem os critérios por não se adequarem à legislação. Podemos receber toda a documentação virtualmente e assim que abrir faremos as visitas de fiscalização. Heitor diz ser a favor da visita física após testes e com todos os equipamentos de segurança. Gabriela informa que o Ministério Público determinou a restrição das visitas. Sueli acrescenta que existem instituições com seu registro ainda em vigor. Segue informando que são duas situações: as que estão cadastradas precisam de atualização e as que não temos informação, porém existem sem conhecimento do CMDDPI. Gabriela acrescenta que temos um canal pelo whatsapp com todas as ILPI da nossa planilha. Tania informa que existem muitos documentos na sede nova do conselho. Sueli informa que é preciso urgentemente fazer uma comissão para análise dos documentos das ILPI. Ana Paula fala sobre uma lei estadual 8931 de 15 de julho de 2020, que determina medidas preventivas a serem adotadas pelas instituições de longa permanência para idosos (ilpis) no Estado do Rio de Janeiro, em decorrência do estado de emergência e do plano de contingência do novo corona vírus (covid-19). Fala sobre a flexibilização das visitas nas ILPI e quem encaminhou para a Despertar foi a promotoria do município. Dra Rita informa que ainda não existe decreto municipal liberando nada. Ana Paula informa que passou um email para a promotoria do idoso de Petrópolis solicitando flexibilização na ILPI e o Ministério Público enviou esta lei estadual. Ela informa que existem outras casas que já estão recebendo visitas. Sergio lembra que foi o próprio MP que restringiu as visitas então ele é que tem que dizer se pode voltar. Gabriela acrescenta que Ana Paula pode fazer um protocolo daquela instituição com as medidas que serão adotadas. Dra Rita informa que o protocolo da visita que foi comentado em reuniões anteriores já está pronto. Gabriela faz proposta de colocar na pauta para a próxima reunião. Melina informa que o CREAS abriu e é importante termos informação. Gabriela também propõe oficiar a SAS pedindo a nomeação da representação da secretaria no CMDDPI. Ana

Paula informa que teve muitas dificuldades em fazer os testes de covid 19 nos colaboradores que apresentaram sintomas. Ela encaminha proposta do conselho se posicionar em relação a essa testagem dos colaboradores das ILPI com prioridade. Sergio posiciona que o conselho seja respeitado e numa situação destas se respeitado como conselho deliberativo. Encaminhar ofícios a todas as secretarias que fazem parte do conselho informando a nova diretoria. Também foi aprovada a pauta para a próxima reunião: 1) aprovação da ata; 2) Apresentação Protocolo da Dr. Rita; 3) Eleição das Comissões Permanentes; 4) Eleição da Comissão de Análise de documentos; 5) Informações da conta do fundo; 6) Informação da sala do conselho 7) Informações sobre o CREAS e 8) Assuntos gerais. Não havendo manifestação da plenária, a reunião foi encerrada às 20h30, a presidente agradece a presença e o apoio de todos. Ata redigida pela conselheira Gabriela Falconi, vai assinada pela presidente, vice-presidente, pela mesma e pelos demais conselheiros presentes quando for possível. Petrópolis, 18 de agosto 2020.

Sueli da Silva Prado Karl
Presidente

Rita Cassia Ravaglia Campos
Vice presidente

Gabriela Falconi
Secretária